

# Educação Superior em Tempos de Crise: um ensaio sobre as orientações políticas da comunidade europeia<sup>1</sup>.

GT25: Educação e desigualdade social.  
Tópico: Crise e sua repercussão na Educação Superior

Rachel Almeida  
Miguel Chaves

## Resumo

O ensino superior, em âmbito europeu, é confrontado, na última década, com um novo desafio: atender a uma orientação política da União Europeia que visa à formação empreendedora de jovens universitários. Esta comunicação pretende discutir o modo como uma meta supranacional é implantada no cotidiano acadêmico e institucional. Os dados apresentados, coletados em diversos relatórios, indicam que as Universidades têm adotado caminhos comuns: criação de gabinetes de promoção ao empreendedorismo, desenvolvimento de atividades formativas, estímulo à criação de Clubes de Empreendedorismo e o apoio à concepção de empresas *spin-off* e à transferência de conhecimento. Encerra-se apontando a necessidade de se examinar de forma mais crítica as matrizes dessa orientação política e os resultados das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior.

**Palavras-Chave:** políticas de educação, ensino superior, empreendedorismo.

O ensino superior, em âmbito europeu, após passar por uma série de transformações como a expansão do acesso e do número de instituições, a hierarquização social e acadêmica (entre e no interior das instituições) e o crescente processo de internacionalização, é confrontado, na última década, com um novo desafio: atender a uma orientação política da União Europeia (UE) que visa potencializar o designado “espírito empreendedor” dos jovens universitários. Este desafio, em síntese, é resultado de orientações políticas que percorrem desde o ensino básico até a universidade e foram propaladas pela União Europeia, a partir dos anos 2000.

Os principais argumentos utilizados para justificar esta iniciativa estão calcados na preocupação com a preservação do Estado do Bem-Estar Social, vigente em grande parte dos países europeus, considerado um modelo social exitoso. Sustenta-se que esse modelo está em risco diante da atual conjuntura política e econômica mundial. De fato, a União Europeia ainda não conseguiu diminuir o desnível do PIB per capita em relação aos Estados Unidos, as perspectivas de futuro assinalam que a Europa tende a reduzir o percentual de participação na produção mundial, especialmente com a recuperação das economias asiáticas emergentes. A recente crise veio fragilizar ainda mais a posição da União Europeia no cenário mundial. Assim, o progresso e desenvolvimento sustentável do continente, no sentido de preservarem a sua posição no sistema econômico mundial, dependem, segundo a Comissão Europeia, de “inovação” e de “competitividade”. Esses dois fatores são considerados essenciais para sustentar e relançar a economia europeia.

---

<sup>1</sup>Esta comunicação é fruto de um projeto de pesquisa de pós-doutorado “Ensino superior e inserção profissional: uma incursão pelas trajetórias e disposições de jovens empreendedores”, financiado pela CAPES (processo 4035-11/9), Tanto o projeto quanto o artigo foram realizados no âmbito de um projeto de maior envergadura, denominado “Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” (PTDC/CS-SOC/104744/2008), financiado por Fundos Nacionais Portugueses, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Além disso, observando as dinâmicas e transformações sociais dentro do próprio território europeu, há duas questões centrais que reforçam o discurso do desenvolvimento do espírito empreendedor: primeiro, estima-se que um terço dos empresários da UE, especialmente aqueles responsáveis por empresas familiares, se aposentarão nos próximos anos, afetando 2,4 milhões de emprego anual e, segundo, o grupo etário mais ativo na criação de empresas, os jovens entre 25 e 34 anos, sofrerão uma redução nas próximas décadas em função do declínio da natalidade (COM, 2004).

Este contexto interno e externo promove um ambiente em que a dinamização do proclamado “espírito empreendedor” passa a ser considerada uma meta supranacional, compartilhada pelos diversos países europeus, e as instituições de ensino, nos seus diversos níveis, tornam-se o canal privilegiado para a formação do novo espírito.

O objetivo central dessa comunicação é discutir o modo como uma meta supranacional em torno da formação do designado “espírito empreendedor” é implantada no cotidiano acadêmico e institucional? O trabalho aqui empreendido está calcado em análises de documentos que foram selecionados em função de sua proeminência tanto como matrizes das direções políticas, quanto como relatórios de avaliação, pois esses dois polos (diretrizes e avaliações) forjam a linha central a partir do qual se irradiam as iniciativas no âmbito das mais diversas instituições de ensino superior. Múltiplas e variadas ações têm sido preconizadas no âmbito do ensino superior para se desenvolver o espírito empreendedor, a ponto de se poder afirmar que elas têm contaminado todo o sistema de ensino.

Apontaremos as principais ações e programas desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino superior, bem como as principais barreiras assinaladas como fatores críticos para a expansão da educação empreendedora. Uma diretriz política exige também uma discussão sobre as raízes ideológicas que norteiam suas premissas. Faremos, portanto, no entremeio dessa análise – dos princípios, das ações institucionais e dos principais limites para implantar a educação empreendedora – algumas notas acerca das motivações ideológicas subjacentes ao longo deste processo.

## **O empreendedorismo nos moldes da União Europeia**

De acordo com as orientações da UE, o objetivo principal da educação para o empreendedorismo no ensino superior é a difusão de uma formação específica sobre como criar e gerir uma empresa. Desse modo, veicula-se que a educação empreendedora, até o momento, bastante circunscrita aos cursos de Administração e Economia, deve ultrapassar esses domínios científicos, e se integrar à matriz curricular de todos os cursos universitários. Além disso, sustenta-se que as instituições de ensino devem estabelecer incubadoras de empresas e até mesmo parques científicos, promover concursos destinados a premiar planos de negócios, disseminar a utilização de Estudos de Caso e outros métodos de ensino interativos, incentivar a transferência da inovação e do conhecimento, em combinação com a comercialização de novas tecnologias (*spin-offs e start-ups*). Soma-se ainda a recomendação para que os próprios cursos de Administração procurem de forma mais enfática desenvolver uma pedagogia orientada para a criação de empresas, a gestão da fase de crescimento de uma PME e a garantia da inovação permanente (COM, 2006, p. 10).

Em termos pedagógicos, o desenvolvimento do espírito empreendedor, na perspectiva da União Europeia (EU), está apoiado em competências classificadas como pessoais, sociais, de gestão e empresariais. No domínio das competências pessoais o percurso escolar deve desenvolver a autoconfiança, a motivação, o aprender a pensar de forma crítica, e o aprender de modo autônomo. Com relação às competências sociais, os estudantes devem adquirir capacidade de cooperar, de criar redes, de trabalhar em redes e de assumir novos papéis. No que tange às competências no campo da gestão são elencadas a capacidade de resolução de problemas, o planejamento, a tomada de decisão, a comunicação e a predisposição para a assunção de responsabilidades. E no que diz respeito às competências empresariais, os estudantes devem desenvolver a capacidade de iniciativa, a criatividade,

a atitude proativa e a disposição para enfrentar o risco e implementar novas ideias (COM, 2004). Assim, esse “espírito empreendedor” é definido no âmbito político como:

“(…) a capacidade dos indivíduos de converter ideias em actos. Compreende a criatividade, a inovação e a assunção de riscos e, bem assim, a capacidade de planejar e gerir projectos com vista a alcançar objetivos. Esta competência é útil a todos na vida de todos os dias, em casa e na sociedade, aos trabalhadores porque os torna conscientes do contexto do seu trabalho e aptos a aproveitar oportunidades, aos empresários porque serve de base para o estabelecimento de uma actividade social ou comercial.” (COM, 2006, p.4).

Nota-se, portanto, que tais competências são consideradas essenciais tanto para a aprendizagem ao longo da vida quanto para aumentar as oportunidades de empregabilidade, para fomentar a satisfação pessoal, a inclusão social e a cidadania ativa.

É indispensável ressaltar que o conceito de empreendedorismo, à luz da perspectiva da União Europeia, associa-se às transformações do capitalismo contemporâneo, mudanças que reforçam o afastamento do Estado da iniciativa econômica, ao mesmo tempo em que desqualificam, quer no plano legal – isto é, na legislação laboral – quer simbólico, as expectativas de segurança do posto de trabalho, apanágio do “modelo fordista”. Esse conceito encontra-se assim associado à difusão de princípios políticos e ideológicos, com implicações inclusive cognitivas. Tais padrões simbólico-cognitivos formam, no seu conjunto, uma verdadeira cultura do mundo do trabalho contemporâneo que transcende o trabalhador autônomo tangendo, inclusive, os indivíduos que não experimentam situações de flexibilidade, a exemplo dos assalariados que detêm vínculos contratuais estáveis.

Vale destacar que o modo como o “*espírito do capitalismo*” tem sido espraçado nos diversos contextos sociais e econômicos contemporâneos está bem patente nas análises de L. Boltanski e È. Chiappello(2002) e são acionados também por LopézRuiz(2004) e Colbari (2007) ao abordarem especificamente a temática empreendedorismo em realidades como a brasileira e a portuguesa. Os referidos autores explicitam o fato de que tais noções de competência (pessoais, sociais, de gestão e empresariais) apresentadas de forma atrelada ao empreendedorismo, se alastram inclusive para além da figura do empreendedor enquanto empresário e passam a se materializar, no âmbito corporativo, nas relações de trabalho contemporâneas e a vincular os indivíduos - trabalhadores assalariados - a um complexo de deveres que possibilitam a sua manutenção no mercado de trabalho.

Desse modo, esse espírito empreendedor pretende abarcar mais do que a disposição para a criação do próprio negócio, tal como singelamente é apontado na definição primeira da União Europeia. No desenrolar das orientações políticas destes relatórios é possível observar que o conceito de empreendedorismo relaciona-se também com o desenvolvimento de determinadas competências como inovação, criatividade, disposição ao risco, capacidade de planejamento e de gestão de projetos, habilidades para a criação de redes, abarcando para além dos empreendedores e dos trabalhadores independentes, também, os trabalhadores assalariados, tal como enunciado na perspectiva de L. Boltanski e È. Chiappello (2002).

### **Educação Empreendedora: mapa das principais ações institucionais e dos limites mais evidentes**

Mapeados os princípios essenciais que são transpostos para o domínio do ensino superior, passamos então a observar a forma como essas orientações são difundidas no interior das instituições de ensino superior. Em linhas gerais, constata-se que as universidades europeias têm tomado um caminho comum: a criação de gabinetes de promoção ao empreendedorismo; o desenvolvimento de uma série de atividades formativas votadas à matéria; o estabelecimento de estruturas administrativas e acadêmicas

que fomentam a criação de empresas *spin-off* e a transferência de conhecimento; bem como o estímulo à criação de Clubes de Empreendedorismo, erigidos pelos próprios alunos (ABRANJA, 2009; COSTA, 2012; MOREIRA, 2009; NAIA, 2009; UL, 2011).

Analisaremos em seguida, a título de exemplo, dois principais relatórios produzidos pela União Europeia. Neles são descritas as melhores práticas das instituições de ensino, há um esforço para a criação de um ranking das instituições, segundo quesitos associados ao ensino do empreendedorismo e um empenho na identificação dos principais limites encontrados atualmente pelas instituições de ensino para colocar em prática o ensino do empreendedorismo.

O relatório “*Survey of Entrepreneurship Education in Higher Education in Europe*” divulgado pela Comissão Europeia (2008) tem como objetivo propor a criação de um ranking das instituições de ensino superior no quesito formação para o empreendedorismo. Para tanto, os pesquisadores elaboram um índice de desempenho composto por três indicadores: alunos empreendedores por aprendizagem, alunos empreendedores por experiência prática e transferência de conhecimento. Neste ranking, no quesito desempenho, em um grupo de 25 países, os três primeiros lugares são ocupados por França, Alemanha e Reino Unido. Entretanto, quando o quesito avalia as condições (infraestrutura), os três primeiros são respectivamente Reino Unido, França e Hungria.

Outra iniciativa criada pela União Europeia foi o Procedimento Best cujo principal intento é o de mapear e disseminar as principais práticas e de criar sinergias entre os diferentes processos orientados para a promoção da cultura empreendedora (Comissão Europeia, 2005). A equipe de peritos que integrou o Procedimento Best, em 2004, elaborou um guia com os principais exemplos e referências de boas práticas para fomentar o espírito empresarial no âmbito do ensino superior. Esse documento destaca as práticas desenvolvidas pela Gründerplattform der Wiener Universitäten (Áustria), pela Escola Empresarial Norueguesa (Noruega), pelo Dundalk Institute of Technology (Irlanda), pelo Programa TOP “Temporary Entrepreneurial Position” da University of Twente (Países Baixos), e pelo Programa Science Enterprise Challenge (Reino Unido).

Sinteticamente, na Áustria, todos os estudantes da fase final dos cursos de graduação nas mais distintas áreas de formação participam de um concurso em que o objetivo é desenvolver um Plano de Negócios trabalhando com equipes multidisciplinares. O exemplo norueguês é dedicado aos estudantes de ciências e das engenharias e subdivide-se em três fases: iniciam com um curso preparatório sobre gestão, os que passam pela prova de seleção realizam um trimestre de estágio em empresas em fase inicial no exterior (São Francisco, Boston, Singapura, Xangai) e, por fim, apresentam, ao retornar, um projeto sobre como aplicar o que aprenderam no ambiente empresarial norueguês. Na Irlanda, os alunos do Dundalk Institute of Technology que fazem qualquer curso de graduação ou pós-graduação podem incluir em sua grade curricular módulos referentes ao desenvolvimento do “espírito empreendedor”, com conhecimentos teóricos e aplicações práticas. Nos Países Baixos, por meio do Programa TOP “Temporary Entrepreneurial Position”, aos estudantes de nível superior é facultada a possibilidade de realização de um curso específico sobre empreendedorismo, em que os mesmos são estimulados a desenvolver um plano de negócios e a iniciar as atividades empresariais em uma incubadora dentro da universidade, com a vantagem de serem acompanhados por uma comissão que desempenha o papel de supervisão e aconselhamento e de poderem participar de equipes de investigação na área do produto ou do negócio. Neste programa, os alunos ainda podem se tornar elegíveis a uma diversidade de recursos e apoios talhados à medida dos novos empresários. E, por fim, a exitosa experiência identificada no Reino Unido é fruto de uma rede de centros de excelência das universidades britânicas, especializados no ensino e na prática de atividades comerciais e empresariais no campo da ciência e da tecnologia (Comissão Europeia, 2004).

Essas iniciativas visivelmente seguem as diretrizes da UE ao procurar disseminar a formação empreendedora ultrapassando os limites dos cursos de Administração e Economia e, notadamente, tendem a associar os esforços de formação de novas empresas aos cursos relacionados às engenharias e

novas tecnologias. No entanto, é possível perceber que o conjunto de ações é ainda bastante reduzido especialmente tendo em vista os objetivos preconizados à partida pelas orientações da UE.

Para além desses programas, observa-se que uma marca constante de ação institucional tem sido a criação de Gabinetes de apoio ao Empreendedorismo, assumindo assim uma estrutura administrativa e acadêmica de fomento à educação empreendedora. A título de exemplo, no domínio das instituições de ensino portuguesas, o relatório dirigido pela Agência de Avaliação do Ensino Superior evidencia que tanto os Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo como os Gabinetes de Apoio à Inserção Profissional, de um modo geral, sobrepõem as suas iniciativas e ambos acabam por lidar tanto com ações vocacionadas para a procura de emprego por conta de outrem quanto com a promoção do empreendedorismo (Cardoso et al, 2012). Isto mais uma vez revela uma incipiente distinção dos papéis desses espaços institucionais e uma corrida, ainda que sem foco, para responder às demandas sociais referentes à inserção profissional.

As barreiras elencadas pelas instituições pesquisadas como os principais limites para o desenvolvimento do ensino do empreendedorismo no âmbito do ensino superior são: i) o restrito número de educadores com formação na área, ii) o reduzido tempo do corpo docente para se dedicar ao ensino do empreendedorismo, iii) a indisponibilidade de recursos, iv) a falta de infraestrutura, v) as dificuldades de alteração e de adaptação curricular e vi) o fato do próprio termo empreendedorismo ser conotado com uma orientação ideológica neo-liberal geradora de reações antagônicas no interior de diversos departamentos. Como confirma o relatório

“not all departments were convinced that it was a good idea to engage in entrepreneurship education as they were afraid that the institution would be too commercial and that it would loose academic values” (COM, 2008, p. 212).

Novamente evidencia-se que a transposição de uma orientação supranacional encontra na prática, no âmbito das instituições de ensino, barreiras efetivas que estão associadas à discussão dos próprios pressupostos e das concepções políticas e ideológicas.

### **Considerações finais**

Esta comunicação pretendeu iniciar uma análise ainda exploratória, apoiada em alguns documentos da União Europeia, previamente selecionados, com o ensejo de compreender o processo de inclusão da temática “empreendedorismo” no universo do ensino superior. Como já sinalizado pelo relatório “*Survey of Entrepreneurship Education in Higher Education in Europe*” essas ações institucionais que estão sendo desenvolvidas por todo o continente no âmbito das instituições de ensino superior ainda não tiveram seus resultados mensurados.

É possível observar que há por parte das instituições de ensino iniciativas diversas que procuram responder as orientações políticas. Entretanto, são ações muito pulverizadas e bastante restritas especialmente em relação a determinadas áreas de formação e também em termos de volume de público-alvo. Os exemplos que são exibidos como melhores práticas não revelaram os objetivos preconizados por cada uma dessas iniciativas e nem mesmo os efetivos resultados alcançados no curto, no médio e longo prazo. Esta constatação indica que é forçoso examinar o modo como que em matéria de difusão do empreendedorismo se transladam os discursos em práticas concretas e se os resultados preconizados se aproximam dos efetivamente obtidos. É importante notar que esses esforços de análise e observação das ações institucionais raramente examinaram e avaliaram os efeitos e os impactos das ações para a promoção da formação do espírito empreendedor. Em suma, no rastro dessa perspectiva difundida pela União Europeia, a avaliação dos resultados das ações empreendidas pelas instituições de ensino superior é justamente um eixo que sugerimos como rota de atuação das Ciências Sociais.

## Referências

ABRANJA, Helena R. G. M., Mobilidade e Empreendedorismo no Ensino Superior: o caso das Ciências Sociais. Tese de Mestrado Sociologia. Braga: Universidade do Minho, 2009.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Éve. El Nuevospíritudel capitalismo. Madrid: EdicionesAkal, 2002.

CARDOSO, José Luís, VARANDA, Marta Pedro, MADRUGA, Paulo, ESCÁRIA, V., FERREIRA, Vítor Sérgio. Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal. Lisboa: ICS / CIRIUS / ISEG, 2012 ([http://www.ics.ul.pt.../wp2012/er2012\\_1.pdf](http://www.ics.ul.pt.../wp2012/er2012_1.pdf))

COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. In: SIN AIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.75-111.

COM – Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sob o título Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem. Bruxelas: COM, 2006, 33 final, de 13 de Fevereiro.

COM – Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Plano de Acção: a agenda europeia para o espírito empresarial. Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 2004.

COM – Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão “Educação e Formação para 2010. A Urgência das Reformas Necessárias para o Sucesso da Estratégia de Lisboa”. Projecto de relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão sobre a realização do programa de trabalho relativo ao seguimento dos objectivos dos sistemas de ensino e formação na Europa, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 2004.

Comissão Europeia. Contribuir para a criação de uma cultura empresarial: um guia de boas práticas para a promoção de atitudes e competências empresariais através da educação. Bruxelas, Publicações DG Empresas, 2004.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da. Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas júniores e na mídia de negócios. Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2010.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOREIRA, R. Mobilidade e o empreendedorismo no ensino superior: O caso das ciências sociais. Tese de mestrado. Braga: Universidade do Minho, 2009.

NAIA, Ana Maria P. Importância da Formação Inicial no Empreendedorismo: Estudo do percurso empreendedor de licenciados da FMH. Dissertação de Mestrado Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2009.

NIRAS Consultants, FORA, ECON Pöyry. Survey of Entrepreneurship Education in Higher Education in Europe. European Commission, October, 2008.

Universidade de Lisboa. Empregabilidade e empreendedorismo na Universidade de Lisboa. Lisboa, UL, 2011.